Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A. e da Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme apresentado na Nota 10 às demonstrações financeiras, a Companhia tem em seu passivo não circulante debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de certos índices financeiros periódicos que, caso não atendidos, provocam a exigibilidade imediata dos referidos passivos. Tais índices não foram atingidos em 31 de dezembro de 2018, provocando assim, o vencimento antecipado das debêntures. Apesar de a Companhia ter obtido posteriormente a renúncia a este direito advindo do não atingimento de um destes índices em 31 de dezembro de 2018 junto às instituições financeiras, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o reconhecimento desta renúncia de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Dessa maneira, o saldo dessas debêntures, no valor de R\$ 61.395 mil, apresentado no passivo não circulante, deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, a comparabilidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está afetada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".



Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adoção do CPC o6(R2) - "Arrendamentos"

Conforme descrito na Nota 2.4.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada adotou o CPC 06(R2) - "Arrendamentos" a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que permite que as informações comparativas de períodos anteriores não sejam reapresentadas. A adoção dessa nova norma deu origem a ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de R\$ 52.529 mil nas demonstrações financeiras individuais, e ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de R\$ 59.149 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.

A adoção inicial do novo pronunciamento contábil foi considerada como um principal assunto de auditoria devido a sua complexidade e relevância, uma vez que envolveu (i) análise de volume significativo de contratos de arrendamento, (ii) adaptações de sistemas de informação e controles internos, bem como, (iii) o uso de julgamento significativo da administração na definição da taxa incremental de juros de financiamento, além da adoção dos

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (a) Entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de captura dos contratos, identificação dos arrendamentos, mensuração, registro e divulgação dos arrendamentos.
- (b) Discussão das principais premissas e dos expedientes práticos utilizados pela administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento e o direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas.
- (c) Avaliação da taxa de desconto utilizada pela administração para adoção inicial da referida norma.
- (d) Recálculo dos valores apurados pela administração e, para uma amostra de contratos, conferência das informações originais dos contratos, aditivos de contratos, cancelamentos e mensuração do



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
expedientes práticos trazidos pela nova norma, entre outros.	passivo por arrendamento nos "aniversários" dos contratos.
	(e) Revisão das divulgações em notas explicativas
	Com base nos procedimentos executados, consideramos que os critérios e as principais premissas e estimativas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 28 de junho de 2019, expressa uma opinião com ressalva devido ao mesmo assunto descrito em "Base para opinião com ressalva" acima.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2019, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.20 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de julho de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/Q-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca Contadora CRC 1SP291166/O-4

Sumário

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutuções no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	_	201	19	20	18		-	201	9	20	18
Ativo	_	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Passivo e patrimônio líquido	_	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	·-	_		(Reapresentando Nota 2.20)	(Reapresentando Nota 2.20)		_			(Reapresentando Nota 2.20)	(Reapresentando Nota 2.20)
Circulante	Notas					Circulante	Notas				
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.426	39.051	14.414	14.275	Fornecedores e outras obrigações	11	12.858	12.697	11.816	11.521
Contas a receber de clientes	4	8.549	8.543	5.933	5.933	Empréstimos	10	46.339	46.339	5.797	5.797
Estoques	5	7.903	7.828	4.650	4.568	Obrigações trabalhistas	12	4.847	4.847	4.108	4.108
Impostos a recuperar		2.422	2.422	884	884	Obrigações tributárias	13	3.252	3.230	8.372	8.370
Adiantamentos		3.445	3.192	2.990	2.560	Imposto de renda e contribuição social		115	115	115	115
Despesas antecipadas		203	172	115	115	Impostos parcelados	13.1	1.092	1.092	59	59
Partes relacionadas	_		-	2.372	2.372	Outras obrigações a pagar		7.172	7.154	4.305	4.297
	_					Passivo de arrendamento	2.4.1	19.656	18.655	-	-
Total do ativo circulante		61.948	61.208	31.358	30.707		_				
	_					Total do passivo circulante	-	95.331	94.129	34.572	34.267
						Não circulante					
						Empréstimos.	10	63.025	63.025	64.768	64.768
						Passivo de arrendamento.	2.4.1	40.553	35.755	-	-
						Fornecedores	11	2.076	2.039	1.699	1.699
						Impostos parcelados.	13.1	5.536	5.536	-	-
						Provisões para contingência	23	258	258	130	130
						Total do passivo não circulante	-	111.448	106.613	66.597	66.597
						Total do passivo	-	206.779	200.742	101.169	100.864
Não circulante						Patrimônio líquido					
Investimentos	6	-	4.881	-	3.019						
Partes relacionadas	9	2,741	2.741	348	348	Capital social	14.i)	53.535	53.535	30.627	30.627
Deposito judicial	24	65	65	65	65	Plano de opções de ações	21	208	208	228	228
Ativos de direito de uso	2.4.1	58,494	53.015	-		Ajustes acumulado de conversão	6	(443)	(443)	(54)	(54)
Intangível	8	15.787	15.787	14.002	14.002	Prejuízos acumulados		(9.960)	(9.960)	(8.187)	(8.187)
Imobilizado	7	111.084	106.385	78.010	75.337	,		(0.000)	(5.555)	(=::=:)	(4)
os.ii.Eddo	·		100.000	70.010	70.007						
Total do ativo não circulante	_	188.171	182.874	92.425	92.771	Total do patrimônio líquido	-	43.340	43.340	22.614	22.614
Total do ativo	_	250.119	244.082	123.783	123.478	Total do passivo e patrimônio líquido	-	250.119	244.082	123.783	123.478
	_						=				

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		20	19	201	8
	Notas	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
				(Reapresentando Nota 2.20)	(Reapresentando Nota 2.20)
Receita líquida de vendas Custo das vendas	16 17	194.093 (131.904)	188.545 (126.736)	147.434 (100.822)	144.558 (97.347)
Lucro bruto		62.189	61.809	46.612	47.211
Despesas administrativas Desepsas com vendas Outras receitas Equivalência patrimonial	18 18 24	(43.426) (5.624) 1.073	(41.773) (5.624) 1.073 (1.576)	(40.894) (2.550) 421	(39.870) (2.550) 421 (1.632)
Lucro operacional		14.212	13.909	3.589	3.580
Receitas financeiras Despesas financeiras	19 19	981 (15.825)	981 (15.524)	739 (10.379)	739 (10.379)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(14.844)	(14.543)	(9.640)	(9.640)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(631)	(634)	(6.051)	(6.060)
Imposto de renda e contribuição social.	20	(1.142)	(1.139)	(742)	(733)
Prejuízo do exercício		(1.773)	(1.773)	(6.793)	(6.793)
Prejuízo líquido do exercício		(1.773)	(1.773)	(6.793)	(6.793)
Prejuízo diluído por ação em reais Número de ações		(1,41) 1.254	(1,41) 1.254	(5,97) 1.138	(5,97) 1.138

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	20)19	2018		
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	
			(Reapresentado Nota 2.20)	(Reapresentado Nota 2.20)	
Lucro líquido do exercício	(1.773)	(1.773)	(6.793)	(6.793)	
Ajuste acumulado de conversão	(389)	(389)	(54)	(54)	
Total do resultado abrangente	(2.162)	(2.162)	(6.847)	(6.847)	

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da Controladora Outros Total do Plano de opção Prejuízos patrimônio resultados Nota líquido Capital social abrangetes de ações acumulados Total Em 1° de janeiro de 2018 24.167 (51) 228 (1.394)22.950 22.950 Aumento de capital 14.i) 6.460 6.460 6.460 2.20 Ajuste de exercícios anteriores - correção de erros (6.006)(6.006)(6.006)Ajuste acumulado de conversão (3) (3) (3) Prejuízo do exercício (787)(787)(787)Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado) (54)228 (8.187)30.627 22.614 22.614 Aumento de capital 14.i) 22.908 22.908 22.908 21 Plano de opção de ações (20)(20)(20)Ajuste acumulado de conversão (389)(389)(389)Prejuízo do exercício (1.773)(1.773)(1.773)(443)(9.960)43.340 Em 31 de dezembro de 2019 53.535 208 43.340

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

		201	9	2018		
	Nota	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				(Reapresentando Nota 2.20)	(Reapresentando Nota 2.20)	
Prejuízo antes do imposto de renda		(631)	(634)	(6.051)	(6.060)	
Depreciação e amortização	7 e 8	14.618	14.256	10.156	9.602	
Amortização direito de uso	2.4.1	19.138	17.997	-	-	
Encargos financeiros sobre empréstimos	19	9.014	9.014	7.940	7.940	
Encargos financeiros sobre partes relacionadas	19	-	-	190	190	
Variação cambial líquida	19	-	-	1.006	1.006	
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	7	_	_	14	14	
Equivalência patrimonial	6	_	1.576		1.632	
Provisão para demandas judiciais	23	128	128	130	130	
Ajuste plano de opções de ações	21	(20)	(20)	-	-	
Variações em ativos e passivos operacionais						
Estoques		(3.253)	(3.260)	(86)	(88)	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(2.616)	(2.610)	1.089	1.089	
Impostos e contribuições sociais a recuperar		(1.538)	(1.538)	(409)	(409)	
Outros ativos		(543)	(689)	(1.957)	(1.819)	
Fornecedores		1.419	1.516	2.522	2.369	
Partes relacionadas		(21)	(21)	(32)	(32)	
Salários e encargos trabalhistas a pagar		739	739	1.095	1.095	
Obrigações tributárias		(5.120)	(5.140)	6.543	6.542	
Impostos parcelados		6.569	6.569	-	-	
Imposto de renda e contribuição social		(1.142)	(1.139)	(783)	(774)	
Outras contas a pagar		2.867	2.857	974	967	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		39.608	39.601	22.341	23.394	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	6	(389)	(3.827)	(3)	(1.716)	
Aquisição de imobilizado e intangível Título e valores mobiliários	7 e 8	(49.477)	(47.089)	(31.886) 500	(31.177)	
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		(49.866)	(50.916)	(31.389)	(32.393)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Aumento de capital	14	22.908	22.908	6.460	6.460	
Pagamento de mútuo com partes relacionadas		-	-	(5.672)	(5.672)	
Pagamentos de arrendamentos	2.4.1	(21.693)	(20.565)	(0.0.2)	(0.0.2)	
Juros arrendamento direito de uso	19	4.270	3.963	_	_	
Obtenção de empréstimos	10	48.558	48.558	86.538	86.538	
Pagamentos de empréstimos principal	10	(10.061)	(10.061)	(69.793)	(69.793)	
Pagamentos de empréstimos juros	10	(8.712)	(8.712)	(8.304)	(8.304)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		35.270	36.091	9.229	9.229	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		25.012	24.776	181	230	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	14.414	14.275	14.233	14.045	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	39.426	39.051	14.414	14.275	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		25.012	24.776	181	230	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima e atua no mercado de varejo de sorvetes, especificamente com sorvete de massa, implantando no Brasil o conceito do "gelato artesanal italiano" e atua através da marca "Bacio di Latte". Possui três linhas de produtos principais: gelato, caffetteria (café, chá, chocolate e água) e capricci (sorvetes especiais, bolos e tortas)

A Companhia foi fundada em 2010, com sede na Rua Professor Atilio Inocente, 91 - São Paulo, SP e encerrou o ano de 2019 com 128 pontos de venda. Atualmente está presente nos estados de São Paulo (grande São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Mogi das Cruzes e Litoral), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Niterói), Minas Gerais (Belo Horizonte e Uberlândia), Distrito Federal (Brasília), Goiás (Goiânia), Pernambuco (Recife) e Paraná (Curitiba). Nascida como uma sociedade limitada, em 2016 recebeu a entrada de um fundo de Private Equity em seu capital social e foi convertida em uma Sociedade Anônima ("S.A.") de capital fechado. Mesmo após a reorganização, os sócios fundadores mantiveram participação majoritária no capital da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 15 de julho de 2020.

1.1 Participações Societárias

Em junho de 2016 a Companhia constituiu uma filial (subsidiária integral) nos Estados Unidos da América, denominada BDL USA Inc., conforme previsto no Acordo de Acionistas. Em março de 2017 foram iniciados os investimentos para a construção da primeira operação internacional. A loja está localizada no shopping Westfield Century City, um dos maiores shoppings de Los Angeles, CA e foi inaugurada em agosto de 2017. O shopping, por sua vez, passou por uma grande revitalização e expansão com investimento estimado de US\$1 bilhão feito pela proprietária Westfield. A proposta com a revitalização e expansão é criar uma experiência misturando design, decoração e entretenimento, compondo uma nova perspectiva para o mercado de shopping centers americano. A Companhia segue com a expansão nos Estados Unidos, com a abertura da segunda loja em maio de 2019 em Newport Beach, também na Califórnia. A loja foi aberta no shopping Fashion Island e dá continuidade da expansão da marca nos EUA.

Devido à expansão internacional, a Companhia passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir de 31 de dezembro de 2017.

1.2 Plano de negócio de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 32.921 na controladora e R\$ 32.382 no consolidado. Essa condição inclui, dentre outros aspectos, o reflexo da adoção do IFRS 16 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.4.1), sendo que no exercício de 2019 reconhecemos o montante de R\$ 52.529 na controladora e R\$ 59.149 no consolidado, saldo este referente a alugueis a pagar segregados entre passivo circulante e não circulante. Além disso efetuamos diversas capitalizações para alavancagem do nosso plano de expansão e capital de giro da companhia (Nota 10), sendo que no exercício de 2019 houve um aumento expressivo das capitalizações de curto prazo em comparação ao exercício de 2018, partindo de um montante de R\$ 5.797 em 2018 para um montante de R\$ 49.339 em 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso do ativo imobilizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações consolidadas são compostas pela Companhia e por suas controladas, conforme apresentadas na Nota 1.1.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição de controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos *intercompany*, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações *intercompany*, são eliminados.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, exceto pela controlada BDL USA Inc., cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano.

i) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

ii) Ajustes acumulados de conversão
As transações da controlada BDL USA Inc. estão sendo consolidadas em Reais (moeda de apresentação), convertendo a moeda funcional (Dólar norte-americano) para Reais, utilizando-se para isso a taxa de câmbio de fechamento do exercício para os ativos e passivos, e a taxa média mensal para as contas de resultado. As variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos, contas de resultado e de patrimônio líquido foram reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes acumulados de conversão".

2.4. Pronunciamentos novos, revisados ou aplicados pela primeira vez em 2019

Companhia aplicou pela primeira vez de forma retrospectiva modificada as alterações aplicáveis para o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A natureza e os impactos das novas normas são descritos a seguir:

2.4.1. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendando para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de custo prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O CPC 06 (R2) determina que o arrendatário passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado durante a vida útil do ativo ou período do arrendamento, dos dois o menor. Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são mensurados inicialmente com base no seu valor presente.

A Companhia adotou de forma retrospectiva modificada o reconhecimento de seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e operacionais, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP n.º 02/2019 sobre o CPC 06 (R2). A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudou, uma vez que a Companhia passou a registrar custo com amortização referente ao ativo de direito de uso, e despesa de juros referente as obrigações de arrendamento. Para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais a Companhia adotou a taxa nominal de 7,25% (a.a.).

A Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; (ii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06; e (iii) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Demonstramos abaixo os impactos da adoção deste novo pronunciamento nos saldos de abertura do exercício da Companhia:

		Consolidado			Controladora	
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
Ativo	01/01/2019	IFRS 16	01/01/2019	01/01/2019	IFRS 16	01/01/2019
Circulante	31.358	-	31.358	30.707	-	30.707
Total do ativo circulante	31.358	-	31.358	30.707	-	30.707
Demais ativos	413	-	413	3.432	-	3.432
Imobilizado	78.010	-	78.010	75.337	-	75.337
Intangível	14.002	-	14.002	14.002	-	14.002
Direito de uso	-	59.149	59.149	-	52.529	52.529
Total do ativo não circulante	92.425	59.149	151.574	92.771	52.529	145.300
Total do ativo	123.783	59.149	182.932	123.478	52.529	176.007
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
Passivo	01/01/2019	IFRS 16	01/01/2019	01/01/2019	IFRS 16	01/01/2019
Demais passivos	34.572	-	34.572	34.267	-	34.267
Passivo de arrendamento	-	15.176	15.176	-	14.355	14.355
Total do passivo circulante	34.572	15.176	49.748	34.267	14.355	48.622
Demais passivos	66.597	-	66.597	66.597	-	66.597
Passivo de arrendamento	-	43.973	43.973	-	38.174	38.174
Total do passivo não circulante	66.597	43.973	110.570	66.597	38.174	104.771
Patrimônio líquido	22.614	-	22.614	22.614	-	22.614
Total do ativo	123.783	59.149	182.932	123.478	52.529	176.007

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Abaixo os impactos nas demonstrações contábeis do exercício:

	Consolidado	Controladora
Direito de uso		
Adoção inicial	59.149	52.529
Novos contratos	18.483	18.483
Amortização do exercício	(19.138)	(17.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	58.494	53.015
Passivo de arrendamento		
Adoção inicial	59.149	52.529
Novos contratos	18.483	18.483
Pagamento principal e juros	(21.693)	(20.565)
Juros provisionados	4.270	3.963
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.209	54.410
Passivo circulante	19.656	18.655
Passivo não circulante	40.553	35.755
	60.209	54.410

2.4.2. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o Lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições ou premissas em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas e prestação de serviço estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

As receitas de prestação de serviços de eventos são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são realizados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/despesas financeiras". As receitas de serviços referem-se ao aluguel de carrinhos de gelato em eventos corporativos ou particulares. Os serviços de eventos são realizados em festas e confraternizações em geral.

2.6. Impostos

i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A Companhia está enquadrada no regime de tributação Lucro Real Anual. O Imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescido da alíquota de 10% para os lucros que excederem R\$240 e 9% para CSLL.

ii) Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de vendas e prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota
DIO Des masses de laternas a Costal	4.050/
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
ISS - Imposto sobre Serviços	2,5%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de	
Serviços	2% a 4%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

iii) Impostos sobre vendas e prestação de serviços--Continuação

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros

2.7.1. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado)
- Mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando não estiver em condições de negociar esses ativos em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, poderão, em determinadas circunstâncias, ser reclassificados.

Ativos financeiros ao valor de custo amortizado

Os ativos financeiros reconhecidos pelo seu valor inicial, subtraindo-se as amortizações de principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento. Incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

a) Mensuração subsequente

Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Incluem numerários em espécie, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. Consideram-se equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caso as aplicações financeiras não se enquadrem nesses critérios, são classificadas como títulos e valores mobiliários ("TVM").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Contas a receber

Constituem, substancialmente em valores a receber de clientes pela venda de produtos com cartão de crédito e débito e pela prestação de serviços. São incialmente, reconhecidos através dos valores presentes conforme critérios da Nota 3.1.

b) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, esse ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o respectivo ativo. Nesse caso, também se reconhece um passivo associado.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

c) Análise de recuperabilidade

Um ativo financeiro, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado.

2.7.2. Passivos financeiros

São classificados como custo amortizado. A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações com parceiros em empreendimentos e débitos com partes relacionadas.

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e debêntures, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos com cartão de crédito e débito e pela prestação de serviços. Os valores estão registrados pelo valor nominal das vendas dos produtos e pelos serviços realizados. O sistema de comercialização adotado é amparado por contrato de prestação de serviços. Não foi constituída provisão para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, em função de as vendas serem efetuadas à vista e a empresa não possuir histórico de perdas.

2.10. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.11. Investimentos (Controladora)

Durante o exercício de 2019, a participação societária que a Companhia possui diretamente na controlada (Nota 6) estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição, adicionado das variações após a aquisição da participação societária nas controladas.

As informações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período da Companhia. Os exercícios sociais das controladas e as suas práticas contábeis são os mesmos que o da Companhia. Quando necessário, foram efetuados ajustes para que as políticas contábeis estivessem de acordo com as adotadas pela Companhia.

2.12. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição de construção, incorrido até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 7).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, e no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros, com base no contrato de aluguel, como segue:

Ativo imobilizado	Anos
Benfeitorias	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Computadores e periféricos	5

2.13. Intangível

Os ativos intangíveis demonstrados possuem vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada, e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável são também submetidos a teste para análise do seu valor, que é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que inclui o fluxo de caixa futuro descontado e análise de dados de mercado comparáveis.

a) Fundo de comércio

Fundo de comércio representa o direito de exploração comercial do imóvel locado. O período de amortização está associado ao prazo de vigência dos contratos. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retorno do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os valores pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente em 10 anos.

b) Software e aplicativos

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

A Companhia conta com o software de gestão empresarial (ERP) Protheus Totvs e alguns outros softwares para gestão das frentes operacionais.

2.14. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía ativo não financeiro que não estão sujeitos à amortização ou depreciação.

2.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. São revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

2.17. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.18. Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e ativos intangíveis e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.19. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 - inciso VII da Lei nº 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações de resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e seu montante por ação do capital social (resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

2.20. Reapresentação de cifras comparativas

2.20.1. Correção de erros

a) Parcelamento de ICMS

Em 2019, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo de ICMS da Controlada, no montante de R\$ 6.006 dos quais R\$ 2.212 referem-se ao exercício de 2018 e R\$ 3.794 a exercícios anteriores. A referidas correções afetaram o passivo circulante e não circulante, a demonstração do resultado e a demonstração das mutações do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

							Controladora
			31 de de	zembro de 2018		1 <u>°</u> de	janeiro de 2018
	Referência	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
Balanço patrimonial							
Ativo		00.707		00 707	00.045		00.015
Circulante		30.707	-	30.707	29.815	-	29.815
Não circulante		92.771		92.771	71.032		71.032
Total do ativo		123.478		123.478	100.847		100.847
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante	Nota 2.20	28.261	2.212	30.473	46.554	3.794	50.348
Não circulante		66.597	-	66.597	31.343	-	31.343
Patrimônio líquido	Nota 2.20	28.620	(2.212)	26.408	22.950	(3.794)	19.156
Total do passivo e patrimônio líquido		123.478		123.478	100.847	<u> </u>	100.847
							Consolidado
							Consolidado
			31 de de	zembro de 2018		1 <u>°</u> de	janeiro de 2018
		Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
Balanço patrimonial							
Ativo							
Circulante		31.358	-	31.358	30.379	-	30.379
Não circulante		92.425		92.425	70.612		70.612
Total do ativo		123.783		123.783	100.991		100.991
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante	Nota 2.20	28.566	2.212	30.778	46.698	3.794	50.492
Não circulante	11010 2.20	66.597		66.597	31.343	5.794	31.343
Patrimônio líquido	Nota 2.20	28.620	(2.212)	26.408	22.950	(3.794)	19.156
Total do passivo e patrimônio líquido		123.783		123.783	100.991		100.991

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Efeitos de reapresentação

As rubricas de custo das mercadorias e dos produtos vendidos e despesas gerais administrativas na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018 foram reclassificadas para permitir uma melhor a comparabilidade. Os efeitos de reapresentação são demonstrados a seguir:

				Controladora
			31 de de	ezembro de 2018
	Referência	Original	Reclassificação	Reapresentado
Demonstração do resultado Custo das vendas Despesas com lojas Despesas gerais e administrativas Desepsas com vendas Prejuízo líquido do exercício	Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20	(41.200) (55.633) (36.928)	(56.147) 55.633 (2.942) (2.550) (6.006)	(97.347) - (39.870) (2.550) (6.793)
Prejuízo diluído por ação em reais Número de ações		(0,69) 1.138	(5,28)	(5,97) 1.138
Demonstração dos fluxos de caixa Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		23.394 (32.390) 9.229	(3)	23.394 (32.393) 9.229
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		233	(3)	230
Demonstração do valor adicionado Prejuízo do exercício		(790)	(6.006)	(6.796)
				Consolidado
			31 de de	Consolidado
		Original	31 de do	
Demonstração do resultado Custo das vendas Despesas com lojas Despesas gerais e administrativas Desepsas com vendas Prejuízo líquido do exercício	Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20	Original (42.227) (57.801) (38.232) (787)		ezembro de 2018
Custo das vendas Despesas com lojas Despesas gerais e administrativas Desepsas com vendas	Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20	(42.227) (57.801) (38.232)	(58.595) 57.801 (2.662) (2.550)	Reapresentado (100.822) - (40.894) (2.550)
Custo das vendas Despesas com lojas Despesas gerais e administrativas Desepsas com vendas Prejuízo líquido do exercício Prejuízo diluído por ação em reais	Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20	(42.227) (57.801) (38.232) (787)	(58.595) 57.801 (2.662) (2.550) (6.006)	Reapresentado (100.822) - (40.894) (2.550) (6.793)
Custo das vendas Despesas com lojas Despesas gerais e administrativas Desepsas com vendas Prejuizo líquido do exercício Prejuízo diluído por ação em reais Número de ações Demonstração dos fluxos de caixa Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	Nota 2.20 Nota 2.20 Nota 2.20	(42.227) (57.801) (38.232) (787) (0,69) 1.138 22.341 (31.386)	(58.595) 57.801 (2.662) (2.550) (6.006)	(100.822) - (40.894) (2.550) (6.793) (5,97) 1.138

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

2.21. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.21.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Vida útil dos ativos intangíveis - ERP e Frente de caixa

A Companhia em 2018 adquiriu um software de gestão empresarial (ERP) e em 2019 trocou todos os softwares de frente de caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil do ERP é de R\$ 1.833 (R\$ 1.400) e do software de frente de caixa R\$ 339 (R\$ 100). A Companhia estima a vida útil desses softwares em cinco anos, com base na obsolescência técnica estimada de tais ativos. Contudo, a vida útil real pode ser diferente de cinco anos, a depender das inovações técnicas e das ações de concorrentes.

b) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

2.21.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas

a) Não incidência do ICMS sobre operações de transferência entre filiais da empresa

De acordo com decisão liminar proferida nos autos do processo 1013666-28.2019.8.26.0053, a companhia teve reconhecida a não-incidência do ICMS nas operações de circulação de mercadorias entre sua matriz e filiais. A decisão judicial, embora tenha caráter liminar, apoia-se em entendimento já proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 166), declarando que "o simples deslocamento físico de mercadorias, entre matriz e filial, não consubstancia fato gerador do ICMS". Nesse contexto, a não-incidência do respectivo imposto é legal e legitima. Não obstante a citada decisão, os assessores jurídicos da Companhia têm feito o devido acompanhamento processual, de modo a confirmar o julgado em sede definitiva.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	20)19	2018	
	Consolidado Controladora		Consolidado	Controladora
Caixa e bancos	2.823	2.448	3.262	3.123
Aplicações financeiras (a)	36.603	36.603	11.152	11.152
	39.426	39.051	14.414	14.275

⁽a) As aplicações financeiras em fundo de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB), remuneradas a taxas anuais que variaram de 98% a 104% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias é classificado como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4. Contas a receber de clientes

	20)19	2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Operadoras de cartões	7.770	7.764	5.666	5.666
Delivery	779	779	267	267
	8.549	8.543	5.933	5.933

A Companhia não possui títulos vencidos em 31 de dezembro de 2019.

5. Estoques

	201	9	2018		
	Consolidado	Consolidado Controladora		Controladora	
Material para revenda	1.969	1.894	1.355	1.273	
Material de embalagem	1.841	1.841	889	889	
Matéria-prima	4.093	4.093	2.406	2.406	
	7.903	7.828	4.650	4.568	
	· · · · · · · · ·				

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Os estoques são compostos por material de revenda, insumos para produção e material de embalagem. A Companhia não possui indicadores de obsolescência de estoques em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6. Investimento

Em 15 de junho de 2016 a Companhia constituiu uma filial (subsidiária integral) nos Estados Unidos da América, denominada BDL USA Inc. Em agosto de 2017 foi inaugurada a primeira loja, localizada no shopping Westfield Century City, um dos maiores shoppings de Los Angeles, CA. Em outubro de 2018 foram iniciados os investimentos para a construção de uma segunda loja em Newport Beach, CA, localizada no shopping Fashion Island, uma referência no condado de Orange.

A Companhia possui 100% de participação na controlada conforme descrito abaixo:

	Investimento	2019	2018
BDL USA Inc.		4.881	3.019
		4.881	3.019

i) Movimentação do saldo

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.019	2.938
Integralização de capital	3.827	1.716
Ajuste acumulado de conversão	(389)	(3)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.576)	(1.632)
Em 31 de dezembro de 2019	4.881	3.019

ii) Cálculo da equivalência

2019	Participação direta nas quotas - %	Prejuízo controlada	Saldo de investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
BDL USA Inc	100%	(1.576) (1.576)	4.881 4.881	(1.576) (1.576)

2018	Participação direta nas quotas - %	Prejuízo controlada	Saldo de investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
BDL USA Inc	100%	(1.632) (1.632)	3.019 3.019	(1.632) (1.632)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

iii) Informações da controlada

Seguem abaixo os resultados das controladas, como também o total de seus ativos e passivos:

2019	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício.
BDL USA Inc.	10.918	6.037	6.457	(1.576)

2018	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício.
BDL USA Inc.	3.324	305	3.019	(1.632)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

7. Imobilizado

7.1. Movimentação dos custos - consolidado

Consolidado	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Máquinas, e equipamentos	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Construção em andamento	Total
Custo				•				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.871	26.956	22.984	2.049	904	61	528	73.353
Movimentação no exercício								
Adições	1.268	3.683	10.036	-	561	-	11.100	26.654
Transferências	-	8.949	-	-	-	-	(8.949)	-
Baixas e alienações						(61)		(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.139	39.588	33.020	2.049	1.465	-	2.685	99.946
Adições	3.382	29.314	11.503	64	1.112	-	-	45.375
Transferências	-	2.488	3	-	-	-	(2.491)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.521	71.390	44.526	2.113	2.577	-	194	145.321
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.366)	(4.649)	(3.177)	(986)	(327)	(46)	-	(13.551)
Adições	(2.049)	(3.172)	(2.780)	(205)	(225)	(1)	-	(8.432)
Baixas e alienações	<u> </u>	<u> </u>	-	<u> </u>	· · ·	47	-	47
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.415)	(7.821)	(5.957)	(1.191)	(552)	-	-	(21.936)
Adições	(2.049)	(5.707)	(3.771)	(207)	(369)	-	-	(12.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(8.662)	(13.528)	(9.728)	(1.398)	(921)	-	-	(34.237)
Valor líquido contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.724	31.767	27.063	858	913	-	2.685	78.010
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.859	57.862	34.798	715	1.656	-	194	111.084
Taxas médias anuais de depreciação (%)	10%	10%	10%	10%	20%	20%	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

7.2. Movimentação dos custos - controladora

Controladora	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Máquinas, e equipamentos	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Construção em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.695	24.720	22.660	2.049	844	61	528	70.557
Movimentação no exercício								
Adições	1.247	3.485	9.741	-	560	-	10.911	25.944
Transferências	-	8.949	-	-	-	-	(8.948)	1
Baixas e alienações	-	-	-	-	-	(61)	-	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.942	37.154	32.401	2.049	1.404	-	2.491	96.440
Adições	2.881	27.621	11.378	64	1.043	-	-	42.987
Transferências	-	2.488	3	-	-	-	(2.491)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.823	67.263	43.782	2.113	2.447	-	-	139.427
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.350)	(4.433)	(3.140)	(986)	(317)	(46)	-	(13.272)
Adições	(2.012)	(2.759)	(2.707)	(205)	(194)	(1)	-	(7.878)
Baixas e alienações	` -	•	` -	` -	` -	47	-	· 47
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.362)	(7.192)	(5.847)	(1.191)	(511)	-	-	(21.103)
Adições	(2.223)	(5.438)	(3.723)	(207)	(348)	-	-	(11.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(8.585)	(12.630)	(9.570)	(1.398)	(859)	-	-	(33.042)
Valor líguido contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.580	29.962	26.554	858	893	-	2.491	75.337
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.238	54.633	34.212	715	1.588	-	-	106.385
Taxas médias anuais de depreciação (%)	10%	10%	10%	10%	20%	20%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

8. Intangível

8.1. Movimentação dos custos - consolidado

	Softwares e aplicativos	Fundo de comércio	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.130	11.023	14.153
Movimentação no exercício			_
Adições	881	4.351	5.232
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.011	15.374	19.385
Adições	877	3.225	4.102
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.888	18.599	23.487
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(779)	(2.880)	(3.659)
Adições	(486)	(1.238)	(1.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.265)	(4.118)	(5.383)
Adições	(713)	(1.604)	(2.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.978)	(5.722)	(7.700)
Valor líquido contábil			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.746	11.256	14.002
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.910	12.877	15.787
Taxas médias anuais de amortização (%)	20%	10%	

9. Partes relacionadas - controladora e consolidado

Os montantes de ativos e passivos relativos às transações com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Transações com partes relacionadas

Contas a	Contas a receber		
2019			
1.594	1.594		
778	778		
369	348		
2.741	2.720		
	2019 1.594 778 369		

Contas a receber

Os contratos de mútuo com os dois sócios fundadores. Não possuem incidência de juros e atualização monetária. Os mutuários renovaram os contratos em 2019 e se comprometem a restituir à mutuante na data de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Em maio de 2017 foram estabelecidos dois novos contratos de mútuo de acordo com o plano de remuneração baseado em ações com a diretoria no valor total de R\$316. Os contratos em questão possuem incidência de juros de 0,5% ao mês. Os mutuários se comprometem a restituir à mutuante na data de 31 de maio de 2026.

10. Empréstimos e financiamentos - controladora e consolidado

Empréstimos	Taxa de juros a.a.	Garantias	Vencimento	2019	2018
Banco Paulista	22,00%	Sem garantia real	abr/21	2.019	3.438
Banco Pine	CDI+5,99%	Sem garantia real	nov/20	1.468	3.068
Banco Pine	CDI+5,82%	Cessão fiduciária	abr/20	5.035	-
Banco Pine	CDI+6,29%	Cessão fiduciária	jan/20	3.007	-
Banco Safra	CDI+3,66%	Cessão fiduciária	jan/19	-	53
Banco Safra	CDI+4,28%	Cessão fiduciária	ago/20	1.673	-
Banco do Brasil	CDI+7,30%	Cessão fiduciária	out/20	3.756	-
Banco ABC	CDI+4,91%	Cessão fiduciária	jun/22	4.847	-
Banco Itaú	0,1202	Cessão fiduciária	mar/22	3.406	-
Banco Bradesco	0,1135	Cessão fiduciária	dez/21	6.424	-
Caixa Econômica Federal	CDI+3,78%	Cessão fiduciária	jul/22	5.000	-
Debênture Banco do Brasil	CDI+3,00%	Cessão fiduciária	jul/23	32.161	32.101
Debênture Banco Itaú	CDI+3,00%	Cessão fiduciária	jul/23	29.164	31.905
Debênture Pavarini	0,08	Sem garantia real	out/21	11.404	-
				109.364	70.565
		Circulante		46.339	5.797
		Não Circulante		63.025	64.768

Debêntures

Em julho de 2018, a Companhia fez a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos. Foram emitidas 65.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1, em duas séries de 32.500 debêntures cada, compondo o montante total de R\$ 65.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Em outubro de 2019, a Companhia fez a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição privada sem esforços de venda e/ou distribuição perante investidores e o mercado global. Foram emitidas 12.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1, compondo o montante total de R\$ 12.000.

A Companhia possui cláusulas não pecuniárias restritivas nas debêntures ("covenants"), que podem requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento. Os covenants principais são:

- Até 31 de dezembro de 2019, o resultado obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA deve resultar em um índice igual ou menor que 1,75;
- Até 31 de dezembro de 2020, o resultado obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA deve resultar em um índice igual ou menor que 1,75;
- Até 31 de dezembro de 2021, o resultado obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA deve resultar em um índice igual ou menor que 1,5;
- Até 31 de dezembro de 2022, o resultado obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA deve resultar em um índice igual ou menor que 1,5.

A Companhia monitora periodicamente o cumprimento das cláusulas contratuais (covenants) de acordo com as regras vigentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de acordo com o cálculo apresentado, fica evidenciado que a Companhia cumpriu as cláusulas contratuais, resultando em um índice de 1,58.

No cálculo do índice a administração incluiu o valor do passivo de arrendamento no valor de R\$ 5.665 como parte integrante da dívida líquida, o que equivale a três meses de aluguel em todas as operações da Bacio di Latte. Este valor corresponde ao valor máximo de multa contratual efetivamente devido pela Companhia caso configure-se o pior cenário possível, ou seja, a devolução de 100% dos imóveis alugados. Portanto, o valor restante do passivo de arrendamento derivado da aplicação do CPC 06 (R2), IFRS 16, como escrito na cláusula 5.4.12 (i) da escritura das debêntures não compõe o índice. O cálculo do covenant de dívida líquida/EBITDA para 31 de dezembro de 2019, conforme critérios e determinações estabelecidos na escritura da emissão estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício	(1.773)
Despesa com depreciação e amortização (Nota 18)	33.756
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	1.142
Despesas financeiras líquidas (Nota 19)	14.844
EBITDA	47.968
Empréstimos (Nota 10)	109.364
Passivo de arrendamento – Multa 3 meses	5.665
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(39.426)
Dívida Liquida	75.603
Dívida líquida/EBITDA	1,58

Movimentação dos Empréstimos

2018					2019
Saldo inicial	Captação	Juros	Principal pago	Juros pagos	Saldo final
70.565	48.559	9.014	(10.062)	(8.712)	109.364

11. Fornecedores

Representados por fornecedores de insumos para fabricação de produtos, ativo imobilizado, serviços e outros itens aplicados às atividades operacionais da Companhia.

	20	19	20	018
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Fornecedores diversos	8.334	8.334	8.110	8.110
Fornecedores de insumos	3.527	3.329	4.175	3.880
Fornecedores de serviços e outros _	3.073	3.073	1.230	1.230
_	14.934	14.736	13.515	13.220
Circulante Não circulante	12.858 2.076	12.697 2.039	11.816 1.699	11.521 1.699

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

12. Salários e encargos trabalhistas a pagar

	2019		20	18
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Programa de participação nos resultados	-	-	192	192
INSS a recolher	966	966	686	686
Imposto de renda retido na fonte	180	180	151	151
FGTS a recolher	260	260	222	222
Provisões de férias	3.368	3.368	2.817	2.817
Outros	73	73	40	40
	4.847	4.847	4.108	4.108

13. Obrigações tributárias e impostos parcelados

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Imposto de renda retido na fonte	21	21	23	23
ISS	16	16	16	16
ICMS a recolher	1.530	1.530	770	770
COFINS	1.224	1.224	1.179	1.179
PIS, COFINS e CSLL retido na fonte	39	39	67	67
PIS	265	265	260	260
INSS retido na fonte	133	133	24	24
Parcelamentos	6.628	6.628	59	59
IPI	2	2	25	25
Outros	22	-	2	-
	9.880	9.858	2.425	2.423

13.1 Impostos parcelados

Durante o ano de 2019 a Companhia revisitou seus métodos de apuração de ICMS e, orientada por seus advogados tributaristas decidiu reprocessar os créditos de ICMS de 2015 até 2019. Isso gerou um débito a pagar de ICMS no montante de R\$ 6.628

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

No final de 2019 o Estado de São Paulo (onde estão 62% das lojas) disponibilizou um Programa Especial de Parcelamento de ICMS ao qual a Companhia fez a adesão.

	2019	2018
	Consolidado	Consolidado
2020	1.092	-
2021	1.199	-
2022	1.340	-
2023	1.488	-
2024	1.509	-
	6.628	-

14. Patrimônio líquido

i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$53.535 (R\$30.627 em 2018) e está representado por 1.254 (1.138, em 2018) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas, como segue:

Sócios	Número de quotas	2019 R\$	%
	•	-	
Smeagol Participações	265	13.423	21,10%
Nicholas Johnston	0,1	7	0,01%
Futura T. SRL	217	11.012	17,31%
Minis B.V.	319	16.182	25,43%
Johnston Bueno Empreendimentos e Participações Ltda.	67	3.397	5,34%
American Gelateria Participações Ltda.	383	19.458	30,58%
Outros	3	148	0,23%
Valor a integralizar	0	(10.092)	-
-	1.254	53.535	100%

Sócios	Número de quotas	2018 R\$	%
Smeagol Participações Nicholas Johnston Futura T. SRL Minis B.V. Johnston Bueno Empreendimentos e Participações Ltda. American Gelateria Participações Ltda. Outros	265 0,1 217 239 67 348 3	7.117 4 5.839 6.421 1.801 9.366 79	23,24% 0,01% 19,06% 20,97% 5,88% 30,58% 0,26%
	1.138	30.627	100%

Em maio de 2017, a Companhia integralizou o valor total contido em reserva de capital R\$22.770, totalizando um capital social de R\$23.851.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Em maio de 2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$316, com emissão de 2.918 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$108,40 reais, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pela diretoria de acordo com o plano de remuneração baseado em ações (Nota 22).

Em dezembro de 2018, a Companhia aumentou o capital social em R\$6.460, com emissão de 54.558 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$118,40 reais, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pela American Gelateria Participações Ltda.

Em 2019 os acionistas decidiram efetuar um novo aumento de capital social da empresa para R\$ 63.627 (R\$ 30.627 em 2018) um aumento de R\$ 33.000, mediante a emissão de 115.587 novas ações. Parte do valor, R\$ 10.092 será integralizado em 2020.

i) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido de exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui prejuízos acumulados e, portanto, não constituiu reserva legal.

ii) Dividendos a pagar

De acordo com o previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício deverão ser destinados 25% para dividendos obrigatórios. Pelo fato de os acionistas terem acordado a distribuição a partir de 2019 ou qualquer outra assembleia de acionistas deliberando sobre uma possível destinação desta parcela de lucro, a Companhia não constituiu dividendos a pagar.

15. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos foi efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como *hedges* exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

i) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, expondo esses ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros, além de taxa pré-fixada. A Administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse tipo de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para cada uma das variáveis indicadas, e as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes na data das demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade de variações nos ativos e passivos financeiros de taxa variável

ii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não está mais exposta ao risco de câmbio, visto que todas as operações de mútuo foram quitadas.

iii) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de disponibilidade de caixa e um planejamento da necessidade de recursos, seja por meio de empréstimos ou aumento de capital.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de disponibilidade de caixa e um planejamento da necessidade de recursos, seja por meio de empréstimos ou aumento de capital.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

- Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. *Input*s observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *input*s não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis: e
- Nível 3 Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A Administração concluiu que os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores eventualmente obtidos em sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Hierarquia de valorização do valor justo

As tabelas abaixo apresentam a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização.

		2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros Aplicações financeiras	-	36.603	-
		2018	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros Aplicações financeiras	-	11.152	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Instrumentos financeiros por categoria

	20	2019		2018	
Adires financias	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	
Ativos financeiros Ativos ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	39.426	39.051	14.414	14.275	
Contas a receber de clientes	8.549	8.543	5.933	5.933	
Partes relacionadas	3.648	3.364	2.372	2.372	
Outros ativos	-	-	3.105	2.675	
	51.623	50.958	25.824	25.255	
	20	019	20	18	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	
Passivos financeiros					
Passivos ao custo amortizado		44=00	10 = 1=	40.000	
Fornecedores	14.934	14.736	13.515	13.220	
Empréstimos	109.364	109.364	70.565	70.565	
Passivos de arrendamento Outras contas a pagar	60.209 7.172	54.410 7.154	4.305	4.297	

16. Receita líquida de vendas

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Receita bruta de vendas de produtos	220.742	215.087	167.447	164.496
Receita bruta de prestações de serviços	34	34	62	62
Impostos sobre vendas e serviços	(26.683)	(26.576)	(20.075)	(20.000)
	194.093	188.545	147.434	144.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

17. Custos das mercadorias e dos produtos vendidos

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Custo dos produtos vendidos	(41.651)	(37.986)	(32.011)	(29.076)
Custo com pessoal	(43.383)	(43.383)	(34.346)	(34.346)
Custo com depreciação e amortização	(12.442)	(12.080)	(8.220)	(7.680)
Custo com amortização direito de uso	(18.864)	(17.723)	-	-
Custos com aluguel	(6.273)	(6.273)	(19.680)	(19.680)
Custo com energia	(3.079)	(3.079)	(2.249)	(2.249)
Custo com frete	(3.006)	(3.006)	(2.301)	(2.301)
Custo com utilidades	(2.254)	(2.254)	(1.641)	(1.641)
Outros custos	(952)	(952)	(374)	(374)
	(131.904)	(126.736)	(100.822)	(97.347)

18. Despesas gerais e administrativas

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesa com pessoal	(11.118)	(11.118)	(9.483)	(9.483)
Despesa com aluguel	(93)	(93)	(465)	(465)
Despesa com energia	(36)	(36)	(27)	(27)
Despesa com utilidades	(284)	(284)	(194)	(194)
Despesa com depreciação e amortização	(2.176)	(2.176)	(1.921)	(1.921)
Despesa com amortização direito de uso	(274)	(274)	-	-
Despesa de viagem	(960)	(960)	(673)	(673)
Serviços com terceiros	(12.804)	(12.804)	(11.089)	(11.089)
Despesas com manutenção	(2.255)	(2.255)	(1.671)	(1.671)
Despesas gerais e administrativas	(12.165)	(10.512)	(8.231)	(7.207)
Despesas com vendas	(5.624)	(5.624)	(2.550)	(2.550)
Despesas tributárias	(1.133)	(1.133)	(7.010)	(7.010)
Provisão para demandas judiciais	(128)	(128)	(130)	(130)
_	(49.050)	(47.397)	(43.444)	(42.420)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

19. Resultado financeiro líquido

	2019		2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	664	664	488	488
Receita financeira de empréstimos para partes				
relacionadas	21	21	31	31
Outras receitas financeiras	296	296	63	63
Variação cambial ativa		-	157	157
	981	981	739	739
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(9.014)	(9.014)	(8.130)	(8.130)
Juros sobre arrendamento	(4.270)	(3.963)		
Variação cambial passiva	(5)	(5)	(1.163)	(1.163)
Juros sobre impostos parcelados	(67)	(67)	-	-
Outras despesas financeiras	(2.469)	(2.475)	(1.086)	(1.086)
	(15.825)	(15.524)	(10.379)	(10.379)
			•	
	(14.844)	(14.543)	(9.640)	(9.640)

20. Imposto de renda e contribuição social

Em 2019 e 2018 a Companhia enquadrou-se no regime de tributação Lucro Real anual.

Abaixo demonstramos a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:

Lucro Real – controladora	2019	2018	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(634)	(6.060)
Imposto de renda e contribuição social às aliquotas nominais (34%)		(216)	(2.060)
Ajustes para apuração de alíquota efetiva			
Adição de equivalência patrimonial (34%)	Nota 6	536	555
Ajuste de exercício anteriores - Correção de erro (34%)	Nota 2.20.1	-	2.042
Amortização e juros sobre arrendamento (34%)	Nota 2.4.1	7.466	-
Pagamentos de arrendamentos (34%)	Nota 2.4.1	(6.992)	-
Diferenças permanentes e outras (34%)		344	202
Resultado com imposto de renda e contribuição social		1.139	739

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

21. Plano de remuneração baseado em ações

Primeiro plano

Em 24 de janeiro de 2017, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Compra de Ações da Companhia. O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorgar aos Membros da Administração até 34.580 opções de compra de ações de emissão da Companhia, sendo que cada opção dá direito a 1 Ação, compreendendo um total de até 34.580 Ações, equivalente a 3,20% do total. O Plano tem como objetivo promover os interesses da Companhia, incentivando, retendo e motivando os administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços elegíveis a contribuírem substancialmente para o sucesso e progresso da Companhia.

Condições e período de vesting para exercício das opções

A concessão das opções aos beneficiários ficará condicionada ao cumprimento dos requisitos abaixo definidos:

- Lote 1: constituído por 50% das Opções ficará sujeito ao atingimento de EBITDA superior a 90% da meta de EBITDA da companhia estabelecida para os exercícios fiscais subsequentes a cada período de Vesting, sendo o do Lote 1 de fevereiro de 2017 a fevereiro de 2021;
- (ii) Lote 2: constituído por 50% das Opções está condicionado ao cumprimento dos períodos de Vesting, sendo de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2026.

Em maio de 2017 os beneficiários exerceram 2.918 opções do Lote 1 que contemplam 2.918 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$108,40 reais, totalizando R\$316 mil.

Em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida a despesa de R\$228 referente à despesa contábil referente ao encerramento do exercício corrente de 2017.

Em 31 de dezembro de 2019 o preço da ação foi atualizado pelo índice IGP-M acumulado do período de fevereiro de 2017 à dezembro de 2019 sendo reconhecido o valor de R\$ 18.903 reais. Em 2019 houveram mudanças no quadro dos membros da administração da Companhia, portanto, a administração decidiu alterar o total de opções de compra de ações de emissão da Companhia para 29.180 reais, estornando a despesa em R\$ 38.488 reais.

22. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seus bens. O valor dos seguros contratados até 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$14.992, é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

23. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos trabalhistas, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como probabilidade de perda provável na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às provisões para demandas judiciais em discussão na esfera judicial estão demonstradas no quadro abaixo.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu R\$ 128 em 31 de dezembro de 2019 referentes a processos trabalhistas e tributários, e com base nos históricos dos processos prováveis e análise das causas principais, a mensuração dos processos com probabilidade de perda possível foi de R\$1.418, a saber:

Processos classificados como possíveis Processos classificados como prováveis

2019	2018	
1.418	981	
258	130	
1.676	1.111	

 2019

 Consolidado
 Controladora

 65
 65

 65
 65

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a Ação Anulatória que visa anular os Autos de Infração nº 80600, 80640, 80643, 81115 e 81121, devido aos protestos que foram lavrados pelo PROCON em decorrência de falta/atraso no registro de cupons fiscais no programa "Nota Fiscal Paulista".

24. Outras receitas

Durante o exercício de 2019 a Companhia recebeu R\$ 703 referente a rebate em contratos com fornecedores. Os valores registrados originam-se basicamente em dois contratos, sendo um compromisso de exclusividade com uma empresa de delivery e outro com uma administradora de shoppings pelo privilégio de ter uma loja Bacio Di Latte.

2019

703 390

1.093

2018

421

421

Incentivos comerciais – Rebates Outras	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

25. Eventos subsequentes

Covid-19

Com a propagação do novo coronavírus (COVID-19) e a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o mundo passa por uma emergência de saúde global, governos e entidades do setor privado tomaram decisões significativas e com grande impacto para a economia global no primeiro trimestre de 2019. Como principal medida de contenção da propagação do vírus, foi decretado o isolamento horizontal na maior parte dos estados brasileiros. Em virtude dos fatos ocorridos e visando o bem estar de seus colaboradores e consumidores e a cooperação com os órgãos responsáveis, a Companhia cessou por tempo indeterminado suas atividades em todo território nacional e internacional, passando a operar somente através do serviço de delivery. A Companhia tomou diversas ações para renegociação com fornecedores e busca de novas linhas de crédito para manter o caixa e cumprir com seus compromissos e planos de expansão para 2020. Estima-se que o impacto na receita bruta será de aproximadamente R\$ 20.000 a cada 30 dias de *lockdown* completo.

Em 17 de junho de 2020, a Companhia integralizou a parte restante do aumento de capital social realizado em 2019, no montante de R\$ 10.092 conforme Nota 14.